

O caso como referência do método: possibilidade de integração dialética do silogismo para pensar a pesquisa empírica em comunicação

Jairo Ferreira

Doutor | UNISINOS
jferreira@unisinos.br

Resumo

Neste artigo, desenvolvemos reflexão sobre o caso como âmbito de inscrição do método na pesquisa empírica. Argumentamos sobre o valor do silogismo como operação cognitiva esclarecedora sobre as relações entre caso e abdução, seguindo uma linhagem peirceana acentuada em Eco e Sebeok (2004). Fazemos isso procurando incorporar, dialeticamente, as críticas sobre o uso do silogismo para pensar o método (Santaella, 2000) e, ao mesmo tempo, o qualificando com outras contribuições (Eco e Bonfantini, 2004). Inferimos sobre a possibilidade de que tais referências sejam mediações para análise de pesquisas em curso no campo da comunicação, precisando com clareza relações entre dedução, indução e abdução.

Palavras-chave

Epistemologia, método, comunicação.

1 Introdução¹

Este artigo articula proposições sobre o método, tendo como foco o conceito de abdução. A posição que adotamos como referência – uma abordagem do método tendo como referência o silogismo – é artigo publicado em 1878 por Peirce. Nesse, Peirce afirma que toda a comprovação de um argumento depende da clareza sobre as classes de lógicas ou de silogismos.

O artigo (Peirce, 1878)² explica didaticamente os três tipos de argumentos a partir de um silogismo triádico simples (S é M, M é P; logo, S é P). O trânsito dessa relação lógica abstrata para o método é mediado por sua interpretação de que esse silogismo (conhecido como Barbara) remete às relações entre regra (S é M), caso (M é P) e resultado (S é P). Uma das ilustrações é feita com o caso dos feijões: “Regla.- Todas las judías de la bolsa eran blancas; Caso.- Estas judías estaban en la bolsa. Resultado.- Estas judías son blancas” (Peirce, 1878).

O que vai diferenciar os tipos de argumentos – a dedução, a indução e a abdução – é a inferência. Na dedução, a inferência³ está direcionada aos resultados; na indução, a uma nova regra interpretativa; na abdução, ao caso (Peirce, 1878):

DEDUCCIÓN

Regla.- Todas las judías de esta bolsa son blancas. Caso.- Estas judías son de esta bolsa. Resultado.- Estas judías son blancas.

INDUCCIÓN

Caso.- Estas judías son de esta bolsa. Resultado.- Estas judías son blancas.

Regla.- Todas las judías de esta bolsa son blancas.

¹ Essas reflexões se desenvolvem no âmbito do projeto intitulado [CRÍTICA EPISTEMOLÓGICA - Análise de investigações em curso, com base em critérios epistemológicos, para desenvolvimentos reflexivos e praxiológicos na pesquisa em Comunicação](#). CAPES/PROCAD, 2007. Inserem-se também no âmbito do projeto Matrizes epistemológicas do campo da comunicação nas investigações sobre a mediação. A primeira versão deste artigo – sob o título de “Hipótesis sobre la abducción en el enredo de las argumentaciones” foi publicada na Revista Trama (Ferreira, 2010), da UNR-Argentina. Agradeço em particular às contribuições do prof. Luis Baggiolini por suas contribuições relacionadas ao pensamento de Peirce, no decorrer do seminário Epistemología de las Ciencias del Lenguaje. Longos debates com o professor Francisco Pimenta, no âmbito do Procad, durante um ano, permitiram refinar argumentos, reafirmar crenças. As críticas feitas pelos pareceristas da Revista Intexto também foram incorporadas a essas atualizações. Bolsistas de Iniciação Científica: Rafael Hiller.

² A reflexão sobre regra, caso e resultado aparece também, entre outros fragmentos, em: Of a general type of syllogistic argument Peirce (CP 2.471); Extension of the aristotelian syllogistic (Peirce, CP 2.517) General characters of deduction, induction, and hypothesis (Peirce: cp 2.708); Induction and hypothesis (Peirce, CP 2.715) Memoranda concerning the aristotelian syllogism (Peirce, CP 2.792).

³ What is the nature of inference? What says the traditional syllogism? That an inference consists of a colligation of propositions which if true render certain or probable another collected proposition. If, to get to the bottom of the matter, we ask what is the nature of a proposition, traditional logic tells us, that it consists of terms -- two terms, usually connected together by another kind of sign, a copula”. In: THE NATURE OF INFERENCE. Peirce: CP 4.47. In: PEIRCE, C. S., Collected Papers of Charles Sanders Peirce. HARTSHORNE, Charles (ed); WEISS, Paul (ed); 1930-1935. BURKS, Arthur (ed); 1958. Harvard University Press, Cambridge, MA.

HIPÓTESIS

Regla.- Todas las judías de esta bolsa son blancas. Resultado.- Estas judías son blancas. Caso.- Estas judías son de esta bolsa.

No campo peirceano, essa abordagem sobre o método não é consensual. É um divisor de águas. Por um lado, vários a utilizam para pensar o método (ver, por exemplo, ECO e SEBEOK, 2004). Já Santaella (2000) cita Peirce para criticar os que utilizam as proposições regra, caso e resultado como base da reflexão sobre os argumentos:

estava exagerando na consideração sobre as formas silogísticas...enquanto mantive essa opinião, minhas concepções de abdução necessariamente confundiam essas duas espécies diferentes de opinião. (PEIRCE apud SANTAELLA, 2000, pg. 90)

Esta distinção, critica Santaella, nem sempre é observada. É verdade o que diz: textos de Eco (2004), Bonfantini (2004) e Nino (2008) não fazem a diferenciação entre esses dois momentos da obra de Peirce (relativo ao silogismo como referência do método – o texto de 1878 - e o momento posterior, marcado especialmente pelo artigo “Sobre la lógica de la extracción de la historia a partir de documentos antiguos, especialmente de testimonios”, de 1901). Essa diferenciação é muito clara em Santaella (2004) e pode ser inferida do texto de Rubiolla (2009).

Na medida em que consideramos possível e produtivo diferenciar indução, abdução e dedução mobilizando as proposições de regra, caso e resultados, preferimos pensar que não há uma contradição antagônica entre o pensamento mais maduro de Peirce e suas formulações de 1878. Isso pode ser visto em Nubiolla (2009), que não estabelece uma ruptura epistemológica entre os dois momentos. Esta preferência tem uma referência analógica. Debates entre pensamentos de autores em seu antes e seu depois são comuns (a conhecida discussão entre o ‘jovem’ e o ‘velho’ Marx, por exemplo). Fazem parte dos embates de interpretação no campo de seus seguidores. Outra linhagem é pensar, nessas cisões, a ocorrência de possíveis continuidades, compreendendo os debates e embates como disposições que indicam uma dialética do pensamento em estudo.

2 Crítica integrada a uma qualificação dialética do silogismo

Os argumentos que desenvolvemos abaixo estão ordenados conforme críticas centrais que observamos em Santaella. Eles aparecem (Santaella, 2000) no livro sob o intertítulo “A evolução dos conceitos” (páginas 85-95) e também no artigo, homólogo, publicado em

espanhol sob o título de “La evolución de los tres tipos de argumento: abducción, inducción y deducción”. Não seguimos a ordem das críticas. Deslocamos as mesmas conforme nossas estratégias argumentativas. O central dessa estratégia não é negar o argumento crítico, mas situá-lo em integrações possíveis, buscando, com isso, uma qualificação dialética do silogismo para pensar o método.

Citando artigo posterior a 1900 (Peirce, 1901), Santaella (2000, p. 92) se refere a abdução como um tipo de “raciocínio que, sem deixar de ter a forma lógica, tem um caráter instintivo e, antes de tudo, é um processo vivo do pensamento”. Esse argumento é apresentado como evidência dos limites do silogismo para pensar a lógica intrínseca ao método, na medida em que deixa de ser algo que está lá fora. Passa a ser situado como uma dimensão psicológica e social. Esse deslocamento, sem dúvida, é produtivo e central para a reflexão sobre a pesquisa empírica – especialmente ao fazer possível remissão ao lugar da cultura na construção do conhecimento.

Entretanto, essa operação de separação entre silogismo e “instinto” e “processo vivo do pensamento” é desnecessária, em nossa perspectiva. São compreensíveis separações desse tipo no quadro em que a psicologia não tinha, ainda, ingressado nas reflexões sobre cognição, lógica, conhecimento, instinto e “processo vivo do pensamento”. Será no início do século XX, momento histórico em que Peirce amadurecia suas reflexões, que a psicologia cognitiva avança, posterior inclusive à psicanálise (penso, em especial em Piaget, que investiga as relações entre instinto, percepção, operações lógicas, concretas, inconscientes e conscientes, como “algo do pensamento” social e individual).

É válido também pensar que o silogismo tenha se desprendido do método pela conjuntura de conhecimento em que a reflexão sobre a lógica ganhava complexidade, e, por outro lado, autonomia, colocando-se como força central nos projetos de inteligência artificial e sistemas especialistas (em que banco de conhecimento e informações é articulado em máquinas potentes de inferência). Peirce está neste ambiente intelectual (Estados Unidos).

A conservação do silogismo não visa a dar conta dessa complexidade emergente no século XX e que se desdobra no XXI, provocando deslocamentos na pesquisa e atividades técnico-científicas. A proposta é mais trivial. Com o silogismo – regra, casa e resultado – queremos acentuar que as três formas de argumento podem ser entrelaçadas por “dentro”, marcando-se, com esses operadores semânticos, direções de inferências relacionadas a determinadas operações cujos fatores componentes são resultados de outras inferências. Ou seja, com o silogismo os elementos componentes de um argumento – indução, dedução e

abdução – são as inferências dos outros dois, conforme vamos explicitar na matriz que sugerimos.

Para fundamentarmos a matriz proposta, retornamos ao pensamento de Peirce em 1878. Ele pode ser esquematizado assim, substituindo o termo hipótese por abdução:

			Inferência ↓
Abdução	Resultados	Regra	Caso
Dedução	Regra	Caso	Resultados
Indução	Resultados	Caso	Regras

Mantidos cada um dos três operadores semânticos (Regra, Caso e Resultado) como inferências de operações relacionadas aos outros dois operadores, cada argumento deixa de ser autônomo em relação ao outro, para ser logicamente solidário e dependente dos outros dois. A inferência dos três níveis (casos, resultados ou regras) é produzida como operação realizada a partir de duas outras proposições-inferências, que comparecem, no argumento, como premissas. Ou, como formula Nino, regras, resultados e casos são conclusões de um argumento, permutados na definição do que é dedução, indução e abdução (NINO, 2008).

Nesse sentido, somente através de uma abstração lógica se pode isolar os argumentos em suas formas simples, relativas aos momentos dedutivo, indutivo e abdução, pois, nos processos cognitivos, os três argumentos estão em processos de complexas interpenetrações (em que a matriz acima é apenas um quadro simples, primário). Ou seja, podemos derivar matrizes desta matriz primária (à semelhança do que faz Walter-Bense quando deriva matrizes complexas de matrizes primárias de tríades em relações, inter-relações, interpenetrações, etc.).

Com isso queremos afirmar que o silogismo, se conservado, é uma boa referência para a compreensão dos três argumentos como “estágios interdependentes e entrelaçados da investigação científica” (Santaella, 2004, página 93). Talvez mais ainda: o silogismo evidencia os entrelaçamentos nos operadores semânticos – que correspondem a operações e direcionamentos lógicos – que compõem cada argumento, indicando claramente que cada argumento está embutido no outro. Esse é entrelaçamento é central para superar a divisão clássica entre indução e dedução, que registra o embate entre empiricismo e racionalismo.

A distinção acentuada por Santaella (2004, p. 95) nas relações entre as categorias de primeiridade, secundidade, terceiridade e os argumentos não fragiliza o silogismo, mas, pelo contrário, pode mostrar a sua força heurística. É claro, na matriz, que a dedução tem na regra (o terceiro) o seu lugar de partida, e busca as inferências relativas aos resultados (o

segundo); e que a indução tem como ponto de partida os resultados (o segundo), e, movimento inverso, buscará inferências relacionadas às regras (o terceiro). Se a indução realiza um movimento que chamamos de ascendente, a dedução, inversa, realiza o descendente.

Se um argumento – a indução - parte dos indícios (e, nesse sentido, é mais compatível o chamado paradigma indiciário), o outro – a dedução - parte dos interpretantes (e, assim, se confunde com o método cartesiano). Para isso, é necessário, entretanto, para recuperar o silogismo, o transformando: passar a pensar em abdução onde, no texto de 1878, se fala em hipótese.

Essa matriz evidencia que a abdução realiza, no âmbito dos dois movimentos (dedução e indução), um lugar central: é a mediação sem a qual os dois movimentos são independentes entre si, resultando em inferências que podem ser criticadas como empiricista ou tautológicas, conforme o argumento em jogo. Isso está claro neste quadro que subtraímos do esquema acima:

			Inferências↓
Dedução	Regra →	Caso →	Resultados
Indução	Resultados →	Caso →	Regras

A matriz também evidencia a distinção e diferenciação entre os dois argumentos – abdução e indução. Conforme o quadro acima, fica evidente que a diferenciação não se manifesta no ponto de partida (os dois argumentos, indução e abdução, partem do que, na lógica das categorias, é o segundo – ou, se quisermos, os seus correspondentes, os indícios). Esse mesmo ponto de partida pode resultar em confluências (indiferenciação) entre os dois argumentos. A diferenciação, entretanto, entre indução e abdução passa a ser central para que a solução do método não derive em um retorno ao empiricismo:

	Homologias: pontos de partida são aparentemente os mesmos	Instância de diferenciação	Inferência↓
Abdução	Resultados→	Regra→	Caso
Indução	Resultados →	Caso →	Regras

Este quadro acima indica os limites dos críticos, segundo os quais o silogismo não permitiria a clareza das diferenciações entre dois argumentos (a indução e abdução). Está claro, no quadro, que há uma instância de diferenciação. Na abdução, a mediação é a regra;

na indução, é o caso. A inferência também não é a mesma. Na abdução, o caso; na indução, as regras.

Além disso, já no texto de 1878, se desenha que, na abdução, a inferência parte de resultados entre fatos diferentes, configurando, aí, o caso; a indução parte de resultados entre fatos idênticos, buscando, aí, inferências direcionadas a regras de relações e correlações:

Hay inducción cuando generalizamos a partir de un número de casos de los que algo es verdad, e inferimos que la misma cosa es verdad de una clase entera. O, cuando hallamos que cierta cosa es verdadera de cierta proporción de casos, e inferimos que es verdadera de la misma proporción de la clase entera. La hipótesis se da cuando encontramos alguna circunstancia muy curiosa, que se explicaría por la suposición de que fuera un caso de cierta regla general, y en consecuencia adoptamos esa suposición. O, cuando constatamos que en ciertos aspectos dos objetos guardan una marcada semejanza, e inferimos que se asemejan entre sí notablemente en otros aspecto. (PEIRCE, 1878, p. 2)

Essa diferenciação pode ser pensada como crítica ao empiricismo. Para isso, destacamos a sequência de operações do argumento indutivo, apresentando-as de forma diversa:

			Inferências↓
Indução	Resultados →	Categorias de fatos semelhantes como recurso qualitativo →	Regras: relações, correlações, entre eventos categorizados.

Nessa formulação, o caso é substituído pelas categorizações. Trata-se, assim, de uma indução não mediada pelo caso. Nessa formulação, a abdução é desembutida, retirada, do horizonte de preocupações indutivas. Partes dos indícios, e, num movimento ascendente, busca regras estatísticas de relações e correlações entre eventos. A chamada hipótese, nesse sentido, fica esvaziada.

Na matriz sugerida, pelo contrário, indicamos claramente que há necessidade de interpor, no argumento indutivo, o caso – ou seja, a inferência da abdução. Essa interposição requisita a analogia, ou seja, a busca da semelhança entre fatos diversos. A matriz contribui assim para diferenciar nos processos indutivos – ascendentes – dois movimentos paralelos que devem estar conectados para que o empiricismo seja superado:

		Mediações	Inferências↓
Indução	Resultados →	Caso →	Regras de homologia↓
Indução	Resultados →	Categorias de fatos	Regras: relações, correlações, entre

		semelhantes como recurso qualitativo →	eventos categorizados. ↑
--	--	---	--------------------------

O movimento ascendente passa a ser lugar de tensão entre as regras singulares direcionadas ao caso (portanto, mediadas pelas abduções) e as regras de relações, correlações, entre eventos categorizados. Essa tensão indica claramente que a indução, conforme a matriz sugerida, é diversa da indução conforme o paradigma empiricista. Ao mesmo tempo, integra e tensiona os processos de observação sistemática e sistematizadora com os de generalizações decorrentes da descoberta nos movimentos ascendentes da pesquisa empírica.

Ceteris paribus, imaginemos outra situação pouco criticada, mas que rende reflexões interessantes a partir desta formulação matricial: a dedução sem a mediação do caso. Esse é o clássico do dedutivismo, muitas vezes criticado como tautologia. Os resultados estão a serviço da validade das regras interpretativas. As categorias correlatas passam a ser a mediação para essa inferência (típicas de quando se busca a comprovação da validade de paradigmas). Também no caso da dedução, a ausência ou presença da mediação do caso é central: ela pode permitir a construção de regras singulares, que podem inclusive inverter e reverter as regras de partida. Essa reconstrução de regras interpretativas em curso na investigação do caso é central na superação da tautologia, e deve ser dominante em relação ao movimento dedutivo que direciona a análise em conformidade com os pressupostos interpretativos mobilizados.

			Inferência ↓
Dedução	Regra	Caso	Resultados
Dedução	Regras	Dimensões de análise correlata a regras de partida	Resultados

Por outro lado, o movimento de abdução, ao partir dos indícios, requisita, para o seu fechamento, regras interpretativas, sem as quais pode derivar para um formato indutivo criticado acima, comprometendo os argumentos correlacionados (pois, tanto indução como dedução ficarão sem as mediações do caso, e tenderão a tautologia e/ou empiricismo). Uma questão que observamos como central neste argumento – a abdução – é principalmente que indícios (resultados) são relevantes para a pesquisa, mas, associados, nem antes, nem depois, a regras pertinentes para, com os mesmos, compor o caso.

	Dimensão: objeto	Dimensão: mediação	Dimensão: inferência ↓
Abdução	Resultados → objetos diversos	Regra → a busca de	Caso

		regras em homologias	
--	--	----------------------	--

No sentido da configuração do caso, as três dimensões envolvem movimentos metodológicos que são objetos de reflexões diversas.

O primeiro é a configuração de observáveis diversos como pressuposto da construção de regras por homologias. Peirce aqui converge com um segmento de epistemólogos quando esses discutem a construção de hipóteses. Podemos citar uma das referências no debate do racionalismo aplicado em ciências sociais – Bourdieu -, para ver, por homologia, que a homologia é colocada no centro da crítica ao empiricismo:

O raciocínio por analogias, que é considerado por um grande número de epistemólogos como primeiro princípio da invenção científica está votado a desempenhar um papel específico na ciência sociológica que, como especificidade, não pode constituir seus objetos a não ser pelo procedimento comparativo. (BOURDIEU, 2004, p.67)

Ou

A apreensão das homologias estruturais nem sempre tem necessidade de recorrer ao formalismo para encontrar seus fundamentos e dar prova de seu rigor. Basta acompanhar a tentativa de Panofsky que o leva a comparar a Suma de Tomás de Aquino com Catedral Gótica... a analogia não se estabelece entre a Suma e a Catedral consideradas, se é que podemos falar assim, segundo seu valor facial, mas entre dois sistemas de relações inteligíveis, não entre “coisas” que se confiariam à percepção inteligíveis, mas entre objetos conquistados contra as aparências imediatas e construídas por uma elaboração metódica. (Idem, p. 71)

Na perspectiva do método aqui desenvolvida, o estudo de metodologias voltadas para a construção de homologias é uma dimensão importante, senão central, na criação epistemológica.

A segunda dimensão deve ser a de reflexão sobre as regras interpretativas. Sem querer esgotar essa dimensão – que pode ser estudada em diversas perspectivas (cognitiva, antropológica, sociológica) – indicamos a solução criativa e sistematizadora de Bonfantini (2004), quando fala de quatro classes de conhecimentos mobilizados por Sherlock Holmes na solução de problemas: a) as codificações de indícios produzidas correlatas a banco de conhecimentos de ciências experimentais; b) idem, a áreas específicas de conhecimento, relacionadas às técnicas de classificação; c) habitus da vida cotidiana; d) senso comum ou lógica das ações. Estes tópicos requisitariam um artigo específico.

O interessante dessa sugestão de sistematização de regras de interpretação (à qual podemos somar diferenciações decorrentes de dimensões genética, psicológicas e sociais) é fornecer um quadro onde se colocam em interface requisições ideológicas e potencialidades

de superação dos marcos históricos do conhecimento. Assume-se, nessa perspectiva, que superar as ideologias é a questão central de uma epistemologia crítica.

A terceira dimensão em reflexão, articulada com a matriz utilizada como referência, é sobre o próprio caso construído. Vejo, nesse espaço reflexivo, homologias entre a formulação de Bonfantini (2004, p. 147) e Eco (2004, 228), em três tipos abduções e suas inferências: o primeiro, a homologia entre inferências automáticas ou semi-automáticas de Bonfantini com a hipercodificação de Eco; o segundo, entre inferências decorrentes de seleção em enciclopédias em Bonfantini e a hipocodificação em Eco; o terceiro, entre a inferência inventada em Bonfantini, e a criativa em Eco. Eco acrescenta uma quarta (a meta-abdução), se aproximando assim de Popper: a inferência se autonomiza das materialidades observadas, central para, conforme Eco, as descobertas revolucionárias. Isso merece outro artigo.

3 Conclusões: a centralidade do caso para a pesquisa empírica

O artigo desenvolve uma reflexão destacando a inscrição do caso na perspectiva do método. Faz isso sugerindo a validade do silogismo, atualizando essa proposição no âmbito de uma matriz e incorporando as críticas aos operadores semânticos regra, caso e resultado, dando, a esses termos, novos valores operacionais em termos de método. Procuramos demonstrar que o argumento abduutivo pode continuar como elo de qualificação (mediação) das inferências indutivas e dedutivas. A ausência dessa mediação pode resultar em movimentos ascendentes tipicamente empiricistas ou descendentes do tipo tautológico.

A proposição que desenvolvemos não resultada que o método colocado em funcionamento nas pesquisas efetivas siga “estágios”. Essa questão – a dos estágios – merece, nesse sentido, um artigo específico. Mas acentuamos que é na esfera do argumento abduutivo que se encontra a criação (convergindo com autores que acentuam isso). Porém, ao indicar que o argumento abduutivo está ancorado em regras de homologias produzidas a partir de objetos diversos, e que essas regras se diferenciam desde níveis mais classificatórios de materiais empíricos até os meta-empíricos, convergimos com a necessidade de um trabalho de método-metodológico de reflexão sobre essas relações.

Ao citarmos Bourdieu assumimos que não é necessário pensar em termos de abdução para compreendermos as relações entre hipóteses, caso e homologias. Mesmo no âmbito de outro paradigma epistemológico – racionalismo aplicado direcionado a pesquisa em ciência social – essas reflexões podem ser identificadas (assim, na obra citada – Bourdieu, 2004 – as

operações são as mesmas: hipóteses, casos e analogias, faltando apenas a descoberta e a abdução). Localizá-las na matriz sugerida é, nesse sentido, uma alternativa de leitura sobre os processos de criação na investigação empírica, ou, se quisermos, de tradução de operações outras, incluindo as identificados por uma longa tradição crítica, feitas ao teorismo e ao empirismo.

Referências

BARRENA, Sara. Peirce. La Logica Considerada Como Semiotica. Biblioteca Nueva. 2007.

BONFANTINI, Máximo e PRONI, Giampaolo. Suposição: sim ou não? Eis a questão. In: O signo de três. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BOURDIEU, Pierre et alli. Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

ECO, Humberto. Os três tipos de abduções. In: O signo de três. São Paulo: Perspectiva. 2004.

FERREIRA, Jairo. Hipótesis sobre la abducción en el enredo de las argumentaciones. La Trama de la Comunicación, v. 14, p. 1-15, 2010.

NINO, Douglas. Peirce, abdução y práctica médica. Disponível em <http://www.unav.es/gep/bibliopeirceana.html>. Acesso em: 01 out. 2012.

NUBIOLA, Jaime. La abducción o lógica de la sorpresa. Disponível em: http://www.cem.itesm.mx/dacs/publicaciones/logos/anteriores/n21/21_jnubiola.html. 2009. Acesso em 01 out. 2012.

PEIRCE, C. S., Collected Papers of Charles Sanders Peirce. HARTSHORNE, Charles (ed); WEISS, Paul (ed); 1930-1935. BURKS, Arthur (ed); 1958. Harvard University Press, Cambridge, MA.

PEIRCE, Charles (1878). Deducción, inducción e hipótesis. Traducción castellana y notas de Juan Martín Ruiz-Werner (1970). Disponível em: <http://www.unav.es/gep/DeducInducHipotesis.html>. Acesso em 01 out. 2012.

PEIRCE, Charles (1901). Sobre la lógica de la extracción de la historia a partir de documentos antiguos, especialmente de testimonios. Traducción castellana de Douglas Niño (2001). Disponível em <http://www.unav.es/gep/LogicofDrawingHistory.pdf>. Acesso em: 01 out. 2012.

PEIRCE, C. S., Collected Papers of Charles Sanders Peirce. HARTSHORNE, Charles (ed); WEISS, Paul (ed); 1930-1935.

SANTAELLA, Lucia. La evolución de los tres tipos de argumento: abducción, inducción y deducción. Disponível em <http://www.unav.es/gep/AN/Santaella.html>. Acesso em: 01 out. 2012.

SANTAELLA, Lucia. O método anticartesiano de C.S. Peirce. São Paulo: Unesp/Fapesp, 2004.

WALTER-BENSE, Elisabeth. A teoria geral dos signos. São Paulo: Perspectiva, 2000.

The case as a reference of the method: possibility dialectic integration of syllogism to think the empirical research in communication

Abstract

In this article, we develop reflection about the case as ambit of inscriptions of the method in empirical research. It argue about value of syllogism like cognitive operation clarifying about relations between case and abduction following a peircean lineage accentuated in Eco and Sebeok (2004). It searches to incorporate, dialectically, the critiques about use of syllogism to think the method (Santaella 2000) and at the same time, it is qualifying it with others contributions (Eco e Bonfantini, 2004). It infers about the possibility that such references are mediations for analysis of researches in progress in the field of communication, specifying clear relations between deduction, induction and abduction.

Keywords

Epistemology, method, communication.

El caso como referencia del metodo: posibilidad de integración dialéctica del silogismo para pensar la investigación empírica en comunicación

Resumen

En este artículo desarrollamos una reflexión sobre el caso como ámbito de inscripción del metodo en la investigación empírica. Argumentamos sobre el valor del silogismo como operación cognitiva esclarecedora, respecto de las relaciones entre caso y abducción; siguiendo el linaje Peirceano acentuado en Eco y Sebeok(2004). Hacemos eso procurando así mismo incorporar dialécticamente las críticas sobre el uso del silogismo para pensar el método(Santaella 2000) y al mismo tiempo ir cualificando con otras contribuciones(Eco y Bonfantini 2004), también inferimos sobre la posibilidad de que tales referencias sean mediaciones para análisis de investigaciones en curso al interior del campo de la comunicación, precisando con claridad relaciones entre deducción, inducción y abducción.

Palabras-clave

Epistemología, método, comunicación.

Recebido em 09/10/2012

Aceito em 20/11/2012

Copyright (c) 2012 Autor(es) / Copyright (c) 2012 The author(s)
The copyright of works published in this journal belong to the authors, and the right of first publication is conceded to the journal.
Due to the journal being of open access, the articles are of free use in research, educational and non-commercial activities.

